



ROLIM DE MOURA-RO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA- RONDÔNIA

Agente de Endemias

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO
Nº001/2024/PRM/RO, DE 07 DE
OUTUBRO DE 2024**

**CÓD: OP-0600T-24
000000000000**

Língua Portuguesa

1. Leitura e Interpretação de texto literário e não literário, (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação; elementos de coesão; inferências; estrutura e organização do texto e dos parágrafos)	9
2. Tipologia e gêneros textuais	16
3. Figuras de linguagem	20
4. Coerência e coesão textual	24
5. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância etc.)	25
6. O sentido das palavras – adequação vocabular, denotação, conotação, polissemia e ambiguidade; Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia.....	27
7. Valor semântico e emprego dos conectivos.....	30
1. Sintaxe da oração (período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado) e do período (período composto por coordenação e por subordinação).....	31
2. Acentuação gráfica	34
3. Ortografia.....	34
4. Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto.....	37
5. Concordâncias verbal e nominal.....	38
6. Regências verbal e nominal	40
7. Emprego de tempos e modos verbais	41
1. Locuções verbais (perífrases verbais)	42
2. Paralelismo sintático e paralelismo semântico	43
3. Emprego das classes gramaticais	45
4. Estrutura e formação de palavras	51

Noções De Administração Pública

1. Ética e Conduta na Administração Pública: Servidor Público. Regime jurídico. Direitos e Deveres. Infrações e Sanções aplicáveis.....	59
2. Princípios administrativos. Moralidade	70
3. Ética funcional.....	75
4. Regras Deontológicas.....	76
5. Acesso à informação e transparência no serviço público	78
6. Improbidade administrativa.....	85
7. Crimes praticados pelo funcionário público contra a Administração	101
8. Lei orgânica municipal	104
9. Estatuto do servidor público municipal	125
10. Administração Pública: Princípios da Administração Pública: princípios expressos e reconhecidos	147
11. Controle da Administração Pública.....	147
12. Ato Administrativo: conceito, elementos, objeto, forma, motivo, finalidade, características, classificação, espécies, extinção, anulação e revogação	151
13. Contratos Administrativos: conceito, características, espécies, duração, prorrogação, renovação, cláusulas e convênios administrativos	162
14. Políticas Públicas: conceitos, características e classificação	177
15. Licitação: conceito, objetivo, princípios, dispensa de licitação, inexigibilidade, modalidades de licitação e pregão	179

16. Serviço Público: conceito, classificação, titularidade e princípios	191
17. Administração direta e indireta: conceito,natureza da função, abrangência e composição.....	203
18. Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura: Capítulo II - Do Poder Legislativo. Seção I -Da Câmara Municipal. Seção II - Do Funcionamento Da Câmara. Seção III - Das Atribuições Da Câmara Municipal. Seção IV - Dos Vereadores. Seção V - Do Processo Legislativo. Seção VI - Da Fiscalização Contábil Financeira e Orçamentária.....	207
19. Código Sanitário Lei Municipal nº 1072/2003	207

História E Geografia De Rondônia

1. O processo de ocupação das terras rondonienses, aos povos indígenas, os espanhóis em meados do século XVI.....	235
2. Os portugueses e o movimento dos bandeirantes	237
3. O tratado de Madri	238
4. O processo de imigração e a produção da borracha, os conflitos na região do atual estado de Rondônia.....	238
5. O declínio da mineração, a Proclamação da República e a diminuição da importância econômica da região no final do século XIX.....	240
6. Século XIX: a exploração da borracha	241
7. Da criação do Território Federal do Guaporé até os dias de hoje.....	242
8. A evolução política de Rondônia: O estado de Rondônia: desafios para um futuro sustentável.....	242
9. Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e de Rondônia	243
10. Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e de Rondônia	245
11. Formação econômica de Rondônia.....	246
12. Processo de criação do estado de Rondônia: limites, antecedentes e as fases da ocupação territorial	246
13. Municípios e populações de Rondônia: população e localização	248
14. Economia do Estado de Rondônia: evolução político - administrativa e econômica; setores produtivos da agropecuária; área e população urbana e rural.....	248
15. Nova configuração do mapa	250
16. Microrregiões.....	252
17. Atuais municípios.....	253
18. Relevo, vegetação, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico de Rondônia.....	253
19. A paisagem local e sua relação com outras paisagens (semelhanças e diferenças, permanências e transformações)	257
20. Linguagem cartográfica: leitura de mapas	258
21. Rondônia e sua pluralidade cultural	258
22. Manifestações artísticas e sociais	259
23. Modos de vida no campo e na cidade	259
24. Papel da tecnologia na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade	259
25. Apropriação e transformação da natureza.....	260
26. Preservação e cuidados com o meio: como o homem usa a natureza e constrói o seu espaço; o processo industrial e suas relações no município,no estado e no país.....	261

Conhecimentos Pedagógicos

1. Planejamento da prática pedagógica.....	263
2. Práticas Pedagógicas transformadoras	264
3. Plano Político Pedagógico	271
4. Contrato didático	279
5. Organização da rotina (anual, periódico e diário).....	283
6. Intervenção pedagógica	287
7. Agrupamentos produtivos	295
8. Educação Lúdica.....	302
9. Avaliação da aprendizagem (de fatos e conceitos, de procedimentos e de resultados internos e externos).....	310
10. Ambientes de Aprendizagem e Recursos Instrucionais	314
11. Seleção e organização de conteúdos	317
12. O processo de ensino.....	318
13. O Programa de Aceleração da Aprendizagem.....	320
14. Tendências pedagógicas: correntes teóricas e alternativas metodológicas.....	329
15. A pedagogia de Paulo Freire e o processo de ensino: Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Autonomia	331
16. A interdisciplinaridade e suas implicações na prática docente.....	332
17. Metodologias ativas de aprendizagem	336
18. Legislação brasileira de educação	337

Conhecimentos na área de formação

1. Processo de Ensino e de Aprendizagem e as Teorias de Aprendizagem	343
2. Relação professor-aluno	344
3. Os métodos de ensino	345
4. Processo didático pedagógico: planejamento – organização – execução e avaliação da aula.....	347
5. As teorias em Educação: Piaget/Vygotsky e Wallon	348
6. Instrumentos de Planejamento das Ações Educativas: Projeto Educativo / Proposta Pedagógica / Plano Escolar / Plano de Ensino	355
7. O trabalho coletivo como princípio educativo.....	356
8. Inclusão Escolar	358
9. Eixos Norteadores da Política Educacional	359
10. A autonomia e a participação como finalidade da educação – a gestão democrática na escola.....	360
11. A organização e o funcionamento das escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.....	362
12. O processo de adaptação da criança à instituição de Educação Infantil – creche/pré-escola – o papel do educador	363
13. O lúdico na educação: a questão da afetividade, do jogo e da brincadeira.....	364
14. Organização curricular interdisciplinar	366
15. Legislação e Documentos: LDB e suas alterações	367
16. Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações	386

ÍNDICE

17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e suas alterações	426
18. Parâmetros Curriculares Nacionais e suas alterações.....	428
19. Lei nº 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência e suas alterações.....	470
20. Parâmetros de qualidade para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 2006	489

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, (COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO; PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR; ARGUMENTAÇÃO; ELEMENTOS DE COESÃO; INFERÊNCIAS; ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS)

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

1. Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral

deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

2. Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela

seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos,

ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

3. Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica

implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

4. Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

Os principais mecanismos de coesão referencial incluem:

- **Pronomes pessoais:** Usados para substituir substantivos mencionados anteriormente.

- **Exemplo:** João comprou um livro novo. Ele estava ansioso para lê-lo.

- **Pronomes demonstrativos:** Indicam a retomada de uma informação previamente dada ou a introdução de algo novo.

- **Exemplo:** Este é o problema que devemos resolver.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÉTICA E CONDUTA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: SERVIDOR PÚBLICO. REGIME JURÍDICO. DIREITOS E DEVERES. INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

Conceito

A Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe em seu bojo, várias regras de organização do Estado brasileiro, dentre elas, as concernentes à Administração Pública e seus agentes como um todo.

A designação “agente público” tem sentido amplo e serve para conceituar qualquer pessoa física exercente de função pública, de forma remunerada ou gratuita, de natureza política ou administrativa, com investidura definitiva ou transitória.

Espécies (classificação)

Maria Sylvania Zanella Di Pietro, entende que quatro são as categorias de agentes públicos: agentes políticos, servidores públicos civis, militares e particulares em colaboração com o serviço público.

Vejamos cada classificação detalhadamente:

– Agentes políticos

Exercem atividades típicas de governo e possuem a incumbência de propor ou decidir as diretrizes políticas dos entes públicos. Nesse patamar estão inclusos os chefes do Poder Executivo federal, estadual e municipal e de seus auxiliares diretos, quais sejam, os Ministros e Secretários de Governo e os membros do Poder Legislativo como Senadores, Deputados e Vereadores.

De forma geral, os agentes políticos exercem mandato eletivo, com exceção dos Ministros e Secretários que são ocupantes de cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração.

Autores como Hely Lopes Meirelles, acabaram por enfatizar de forma ampla a categoria de agentes políticos, de forma a transparecer que os demais agentes que exercem, com alto grau de autonomia, categorias da soberania do Estado em decorrência de previsão constitucional, como é o caso dos membros do Ministério Público, da Magistratura e dos Tribunais de Contas.

– Servidores Públicos Civis

De forma geral, servidor público são todas as pessoas físicas que prestadoras de serviços às entidades federativas ou as pessoas jurídicas da Administração Indireta em função da relação de trabalho que ocupam e com remuneração ou subsídio pagos pelos cofres públicos, vindo a compor o quadro funcional dessas pessoas jurídicas.

Depreende-se que alguns autores dividem os servidores públicos em civis e militares. Pelo fato de termos adotado a classificação aludida por Maria Sylvania Zanella Di Pietro, trataremos os servidores militares como sendo uma categoria

à parte, designando-os apenas de militares, e, por conseguinte, usando a expressão servidores públicos para se referir somente aos servidores públicos civis.

De acordo com as regras e normas pelas quais são regidos, os servidores públicos civis podem ser subdivididos da seguinte maneira:

– **Servidores estatutários:** ocupam cargo público e são regidos pelo regime estatutário.

– **Servidores ou empregados públicos:** são os servidores contratados sob o regime da CLT e ocupantes de empregos públicos.

– **Servidores temporários:** são os contratados por determinado período de tempo com o objetivo de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Exercem funções públicas, mas não ocupam cargo ou emprego público. São regidos por regime jurídico especial e disciplinado em lei de cada unidade federativa.

– **Servidores militares:** antes do advento da EC 19/1998, os militares eram tratados como “servidores militares”. Militares são aqueles que prestam serviços às Forças Armadas como a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, às Polícias Militares ou aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, Distrito Federal e dos territórios, que estão sob vínculo jurídico estatutário e são remunerados pelos cofres públicos. Por estarem submetidos a um regime jurídico estatutário disciplinado em lei por lei, os militares estão submetidos à regras jurídicas diferentes das aplicadas aos servidores civis estatutários, justificando, desta forma, o enquadramento em uma categoria própria de agentes públicos.

Destaca-se que a Constituição Federal assegurou aos militares alguns direitos sociais conferidos aos trabalhadores de forma geral, são eles: o 13º salário; o salário-família, férias anuais remuneradas com acréscimo ao menos um terço da remuneração normal; licença à gestante com a duração de 120 dias; licença paternidade e assistência gratuita aos filhos e demais dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

Ademais, os servidores militares estão submetidos por força da Constituição Federal a determinadas regras próprias dos servidores públicos civis, como por exemplo: teto remuneratório, irredutibilidade de vencimentos, dentre outras peculiaridades.

Embora haja tais assimilações, aos militares são aplicadas algumas vedações que constituem direito dos demais agentes públicos, como por exemplo, os casos da sindicalização, bem como da greve e, quando estiverem em serviço ativo, da filiação a partidos políticos.

– Cargo, Emprego e Função Pública

Para que haja melhor organização na Administração Pública, os servidores públicos são amparados e organizados a partir de quadros funcionais. Quadro funcional é o acoplado de cargos,

empregos e funções públicas de um mesmo ente federado, de uma pessoa jurídica da Administração Indireta de ou de seus órgãos internos.

Cargo

O art. 3º do Estatuto dos Servidores Civis da União da Lei 8.112/1990 conceitua cargo público como “o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor”. Via de regra, podemos considerar o cargo como sendo uma posição na estrutura organizacional da Administração Pública a ser preenchido por um servidor público.

Em geral, os cargos públicos somente podem ser criados, transformados e extinguidos por força de lei.

Ao Poder Legislativo, caberá, mediante sanção do chefe do Poder Executivo, dispor sobre a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas.

Em se tratando de cargos do Poder Legislativo, a criação não depende de termos exatos de lei, mas, sim de uma norma que mesmo possuindo hierarquia de lei, não depende de sanção ou veto do chefe do Executivo. É o que chamamos de Resoluções, que são leis sem sanção.

A despeito da criação de cargos, vejamos:

a) Cargos do Poder Executivo: a iniciativa é privativa do chefe desse Poder (CF, art. 61, § 1º, II, “a”).

b) Cargos do Poder Judiciário: dos Tribunais de Contas e do Ministério Público a lei em questão, partirá de iniciativa dos respectivos Tribunais ou Procuradores-Gerais em se tratando da criação de cargos para o Ministério Público.

c) Cargos do Legislativo: os cargos serão criados, extintos ou transformados por atos normativos de âmbito interno desse Poder (Resoluções), sendo sua iniciativa da respectiva Mesa Diretora.

Embora sejam criados por lei, os cargos ou funções públicas, se estiverem vagos, podem ser extintos por intermédio de lei ou por decreto do chefe do Poder Executivo. No entanto, se o cargo estiver ocupado, só poderá ser extinto por lei.

Os cargos podem ser organizados em carreira ou isolados. Vejamos:

– **Cargos organizados em carreira:** são cargos cujos ocupantes podem percorrer várias classes ao longo da sua vida funcional, em razão do regime de progressão do servidor na carreira.

– **Cargos isolados:** não permitem a progressão funcional de seus titulares.

Em relação às garantias e características especiais que lhe são conferidas, os cargos podem ser classificados em vitalícios, efetivos; e comissionados. Vejamos:

– **Cargos vitalícios e cargos efetivos:** oferecem garantia de permanência aos seus ocupantes. De forma geral, a nomeação para esses cargos é dependente de prévia aprovação em concurso público.

– **Cargos em comissão ou comissionados:** de acordo com o art. 37, V, da CF, os cargos comissionados se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. São ocupados de maneira temporária, em função da confiança depositada pela autoridade nomeante. A nomeação para esse tipo de cargo

não depende de aprovação em concurso público, podendo a exoneração do seu ocupante pode ser feita a qualquer tempo, a critério da autoridade nomeante.

Emprego

Os empregos públicos são entidades de atribuições com o fito de serem ocupadas por servidores regidos sob o regime da CLT, que também chamados de celetistas ou empregados públicos.

A diferença entre cargo e emprego público consiste no vínculo que liga o servidor ao Estado. Ressalta-se que o vínculo jurídico do empregado público é de natureza contratual, ao passo que o do servidor titular de cargo público é de natureza estatutária.

No âmbito das pessoas de Direito Público como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como em suas autarquias e fundações públicas de direito público, levando em conta a restauração da redação originária do caput do art. 39 da CF/1988 (ADIn 2135 MC/DF), afirma-se que o regime a ser adotado é o estatutário. Entretanto, é plenamente possível a convivência entre o regime estatutário e o celetista relativo aos entes que, anteriormente à concessão da medida cautelar mencionada, tenham realizado contratações e admissões no regime de emprego público. No tocante às pessoas de Direito Privado da Administração Indireta como as empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado, infere-se que somente é possível a existência de empregados públicos, nos termos legais.

Função Pública

Função pública também é uma espécie de ocupação de agente público. Denota-se que ao lado dos cargos e empregos públicos existem determinadas atribuições que também são exercidas por servidores públicos, mas no entanto, essas funções não compõem a lista de atribuições de determinado cargo ou emprego público, como por exemplo, das funções exercidas por servidores contratados temporariamente, em razão de excepcional interesse público, com base no art. 37, IX, da CFB/88.

Esse tipo de servidor ocupa funções temporárias, desempenhando suas funções sem titularizar cargo ou emprego público. Além disso, existem funções de chefia, direção e assessoramento para as quais o legislador não cria o cargo respectivo, já que serão exercidas com exclusividade por ocupantes de cargos efetivos, nos termos do art. 37, V, da CFB/88.

– Observação importante: nos parâmetros do art. 37, V da CFB/88, da mesma forma que previsto para os cargos em comissão, as funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Regime Jurídico

– Provedimento

Provedimento é a forma de ocupação do cargo público pelo servidor. Além disso, é um ato administrativo por intermédio do qual ocorre o preenchimento de cargo, por conseguinte, atribuindo as funções a ele específicas e inerentes a uma determinada pessoa. Tanto a doutrina quanto a lei dividem as espécies de provimento de cargos públicos em dois grupos. São eles:

– **Provimento originário:** é ato administrativo que designa um cargo a servidor que antes não integrava o quadro de servidores daquele órgão, ou seja, o agente está iniciando a carreira pública.

O provimento originário é a única forma de nomeação reconhecida pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro, isso, é claro, ressalte-se, dependendo de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos, nos termos da lei, a ordem de classificação e o prazo de sua validade. Destaque-se que o momento da nomeação configura discricionariedade do administrador, na qual devem ser respeitados os prazos do concurso público, nos moldes do art. 9º e seguintes da Lei 8112/90, devendo, por conseguinte, ainda ser feita uma análise a respeito dos requisitos para a ocupação do cargo.

Entretanto, uma vez realizada a nomeação do candidato, este ato não lhe atribui a qualidade de servidor público, mas apenas a garantia de ocupação do referido cargo. Para que se torne servidor público, o particular deverá assinar o termo de posse, se submetendo a todas as normas estatutárias da instituição.

O provimento do cargo ocorre com a nomeação, mas a investidura no cargo acontece com a posse nos termos do art. 7º da Lei 8.112/90.

De acordo com a Lei Federal, o prazo máximo para a posse é de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato de provimento, nos termos do art. 13, §1º, sendo que, desde haja a devida comprovação, a legislação admite que a posse ocorra por meio de procuração específica, conforme disposto no art. 13, §3º da lei 8.112/90.

Havendo a efetivação da posse dentro do prazo legal, o servidor público federal terá o prazo máximo de 15 (dias) dias para iniciar a exercer as funções do cargo, nos trâmites do art. 15, §1º do Estatuto dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei 8112/90, sendo que não sendo respeitado este prazo, o agente poderá ser exonerado. Vejamos:

Art. 15. § 2º - *O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, observado o disposto no art. 18. (Redação dada pela Lei n. 9.527, de 10.12.97).*

Ademais, se o candidato for nomeado e não se apresentar para posse, no prazo de determinado por lei, não ocorrerá exoneração, tendo em vista ainda não havia sido investido na qualidade de servidor. Assim sendo, o ato de nomeação se torna sem efeito, vindo a ficar vago o cargo que havia sido ocupado pelo ato de nomeação.

– **Provimento Derivado:** o cargo público deverá ser entregue a um servidor que já tenha uma relação anterior com a Administração Pública e que se encontra exercendo funções na carreira em que pretende assumir o novo cargo. Denota-se que provimento derivado somente será possível de ser concretizado, se o agente provier de outros cargos na mesma carreira em que houve provimento originário anterior. Não pode haver provimento derivado em outra carreira.

Nesses casos, deverá haver a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, para que se faça novo provimento originário. A permissão para que o agente ingresse em nova carreira por meio de provimento derivado violaria os princípios da isonomia e da impessoalidade, mediante os

benefícios oferecidos de forma defesa. Nesse diapasão, vejamos o que estabelece a súmula vinculante nº 43 do Supremo Tribunal Federal

– **Súmula 43 do STF:** É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

Assim sendo, analisaremos as espécies de provimento derivado permitidas no ordenamento Jurídico Brasileiro e suas características específicas. Vejamos:

– **Provimento derivado vertical:** é a promoção na carreira ensejando a garantia de o servidor público ocupar cargos mais altos, na carreira de ingresso, de forma alternada por antiguidade e merecimento. Para que isso ocorra, é necessário que ele tenha ingressado, mediante aprovação em concurso público no serviço público, bem como mediante assunção de cargo escalonado em carreira.

Denota-se que a escolha do servidor a progredir na carreira deve ser realizada por critérios de antiguidade e merecimento e de forma alternada por critérios de antiguidade e merecimento.

Destaque-se que, intermédio de promoção, não será possível assumir um cargo em outra carreira mais elevada. Como por exemplo, ao ser promovido do cargo de técnico do Tribunal para o cargo de analista do mesmo órgão. Isso não é possível, uma vez que tal situação significaria a possibilidade de mudança de carreira sem a realização de concurso público, o que ensejaria a ascensão que foi abolida pela Constituição Federal de 1988.

– **Provimento derivado horizontal:** trata-se da readaptação disposta no art. 24 da Lei 8112/90. É o aproveitamento do servidor em um novo cargo, em decorrência de uma limitação sofrida por este na capacidade física ou mental. Em ocorrendo esta hipótese, o agente deverá ser readaptado vindo a assumir um novo cargo, no qual as funções sejam compatíveis com as limitações que sofreu em sua capacidade laboral, dependendo a verificação desta limitação mediante a apresentação de laudo laboral expedido por junta médica oficial, que ateste demonstrando detalhadamente a impossibilidade de o agente se manter no exercício de suas atividades de trabalho.

Na fase de readaptação ficará garantida o recebimento de vencimentos, não podendo haver alteração do subsídio recebido pelo servidor em virtude da readaptação.

– **Observação importante:** esta modalidade de provimento derivado independe da existência de cargo vago na carreira, porque ainda que este não exista, o servidor sempre terá direito de ser readaptado e poderá exercer suas funções no novo cargo como excedente. Caso não haja nenhum cargo na carreira, com funções compatíveis, o servidor poderá ser aposentado por invalidez. Para que haja readaptação, não há necessidade de a limitação ter ocorrido por causa do exercício do labor ou da função. A princípio, independentemente de culpa, o servidor tem direito a ser readaptado.

– **Provisão derivado por reingresso:** ocorre quando o servidor de alguma forma, deixou de atuar no labor das funções de cargo específico e retorna às suas atividades. Esse provimento pode ocorrer de quatro formas. São elas:

a) **Reversão:** nos termos do art. 25 da Lei 8.112/90, é o retorno do servidor público aposentado ao exercício do cargo público. A reversão pode ocorrer por meio da aposentadoria por invalidez, quando cessarem os motivos da invalidez. Neste caso, por meio de laudo médico oficial, o poder público toma conhecimento de que os motivos que ensejaram a aposentadoria do servidor se tornaram insubsistentes, do que resulta a obrigatoriedade de retorno do servidor ao cargo.

Também pode ocorrer a reversão do servidor aposentado de forma voluntária. Dessa maneira, atendidos os requisitos dispostos em lei, a legislação ordena que havendo interesse da Administração Pública, que o servidor tenha requerido a reversão, que a aposentadoria tenha sido de forma voluntária, que o agente público já tivesse, antes, adquirido estabilidade quando no exercício da atividade, que a aposentadoria tenha se dado nos cinco anos anteriores à solicitação e também que haja cargo vago, no momento da petição de reversão.

b) **Reintegração:** trata-se de provimento derivado que requer o retorno do servidor público estável ao cargo que ocupava anteriormente, em decorrência da anulação do ato de demissão.

Ocorre a reintegração quando tornada sem validade a demissão do servidor estável por decisão judicial ou administrativa, ponderando que o reintegrado terá o direito de ser indenizado por tudo que deixou de ganhar em consequência da demissão ilegal.

c) **Recondução:** conforme dispõe o art. 29, da lei 8.112/90, trata-se a recondução do retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado por ele, podendo ocorrer em duas hipóteses:

– **Inabilitação em estágio probatório relacionado a outro cargo:** quando o servidor público retorna à carreira anterior na qual já havia adquirido estabilidade, evitando assim, sua exoneração do serviço público.

– **Reintegração do anterior ocupante:** cuida-se de situação exposta, na situação prática apresentada anteriormente, através da qual, o servidor público ocupa cargo de outro servidor que é posteriormente reintegrado.

– **Observação importante:** A recondução não gera direito à percepção de indenização, em nenhuma das duas hipóteses. Assim, o servidor público retornará ao cargo de origem, percebendo a remuneração deste cargo.

d) **Aproveitamento:** é retorno do servidor público que se encontra em disponibilidade, para assumir cargo com funções compatíveis com as que anteriormente exercia, antes de ter extinto o cargo que antes ocupava.

Isso ocorre, por que a Carta Magna prevê que havendo a extinção ou declaração de desnecessidade de determinado cargo público, o servidor público estável ocupante do cargo não deverá ser demitido ou exonerado, mas sim ser removido para a disponibilidade. Nesses casos, o servidor deixará de exercer as funções de forma temporária, mantendo o vínculo com a administração pública.

Destaque-se que não há prazo para o término da disponibilidade, porém, por lei, o servidor tem a garantia de que, surgindo novo cargo vago compatível com o que ocupava, seu aproveitamento será obrigatório.

– **Observação importante:** o aproveitamento é obrigatório tanto para o poder público quanto para o agente. Isso ocorre porque a Administração Pública não pode deixar de executar o aproveitamento para nomear novos candidatos, da mesma forma que o servidor não poderá optar por ficar em disponibilidade, vindo a recusar o aproveitamento.

– **Vacância**

As situações de vacância são as hipóteses de desocupação do cargo público. Vacância é o termo utilizado para designar cargo público vago. É um fato administrativo que informa que o cargo público não está provido e poderá preenchido por novo agente.

A lei dispõe sete hipóteses de vacância. São elas:

a) **Aposentadoria:** acontece quando mediante ato praticado pela Administração Pública, o servidor público passa para a inatividade. No Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, a aposentadoria pode-se dar voluntariamente, compulsoriamente ou por invalidez, devendo ser aprovada pelo Tribunal de Contas para que tenha validade. A aposentadoria pode ocorrer pelas seguintes maneiras:

– **Falecimento**

Quando se tratar de fato administrativo alheio ao interesse do servidor ou da Administração Pública, torna inevitavelmente inviável a ocupação do cargo.

– **Exoneração**

Acontece sempre que o desfazimento do vínculo com o poder público ocorre por situação prevista em lei, sem penalidades, dando fim à relação jurídica funcional que havia tido início com a posse.

Ressalte-se que a exoneração pode ocorrer a pedido do servidor, situação na qual, por vontade do agente público, o vínculo se restará desfeito e o cargo vago.

b) **Demissão:** será cabível todas as vezes em que o servidor cometer infração funcional, prevista em lei e será punível com a perda do cargo público. A demissão está disposta na lei 8.112/90 em forma de sanção aplicada ao servidor que cometer.

Quaisquer das infrações dispostas no art. 132 que são configuradas como condutas consideradas graves. Em determinados casos, definidos pelo legislador, a demissão proporá de forma automática a indisponibilidade dos bens do servidor até que esse faça os devidos ressarcimentos ao erário. Em se tratando de situações mais extremas, o legislador vedará por completo a o retorno do servidor ao serviço público.

A penalidade deverá ser por meio de processo administrativo disciplinar no qual se observe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS RONDONIENSES, AOS POVOS INDÍGENAS, OS ESPANHÓIS EM MEADOS DO SÉCULO XVI

Os povos indígenas habitaram o atual território de Rondônia por milênios, como revelam estudos arqueológicos. Inicialmente atribuído à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas, a exploração da área só começou no século XVIII, com missões religiosas que buscavam catequizar e pacificar os nativos. Em 1621, o território passou para administração portuguesa durante a União Ibérica e ficou sob o Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Expedições portuguesas, como as de Pedro Teixeira em 1637 e Raposo Tavares em 1647, percorreram a região dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, enfrentando dificuldades de navegação devido a cachoeiras. Na segunda metade do século XVII, os jesuítas espanhóis estabeleceram missões no vale do Rio Mamoré, na Bolívia.

O interesse aumentou após a descoberta de ouro no Mato Grosso em 1719, o que atraiu novos exploradores. Em 1728, foi fundada a missão de Santo Antônio das Cachoeiras (atual Porto Velho) no território de Rondônia.

O século XVIII trouxe disputas territoriais entre Portugal e Espanha, culminando no Tratado de Madrid em 1750, que confirmou a posse portuguesa do Mato Grosso, e na construção de fortes para proteção da fronteira, como o Forte Príncipe da Beira, concluído em 1783.

A região era estratégica pela navegação e foi palco de intensos conflitos e tentativas de povoamento e defesa, incentivadas por administrações como a do Marquês de Pombal, que criou a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Com a divisão administrativa do Brasil, Rondônia ficou entre as províncias do Rio Negro e Mato Grosso em 1821. A região amazônica se destaca pela vasta planície aluvial e uma floresta equatorial que integra diversos países sul-americanos. A colonização amazônica visava explorar riquezas minerais e vegetais e consolidar uma base mercantilista, enquanto exploradores como Vicente Pizón e Francisco Orellana lideraram importantes expedições pelos rios amazônicos nos séculos XVI e XVII.

Primeiras Expedições

Desde a expedição de Vicente Pinzón em 1500, quando foi descoberta a foz do Rio Amazonas, até aproximadamente 1570, cerca de 24 expedições espanholas tentaram adentrar a Amazônia. Entre as mais notáveis, destacam-se a de Francisco de Orellana, em 1542, e a de Pedro de Ursua/Lopo de Aguirre, entre 1560-1561, que percorreram toda a extensão do Rio Solimões-Amazonas.

Expedição de Francisco de Orellana

Após a conquista do Peru em 1532 pelas tropas de Francisco Pizarro, os espanhóis seguiram para explorar o noroeste da América do Sul e a Bacia Amazônica. Orellana tinha o objetivo de encontrar uma rota para especiarias, concorrendo com os portugueses. Sua expedição partiu de Cuzco, passando por Quito, com aproximadamente 220 espanhóis e cerca de 4 mil indígenas.

Expedição de Pedro Teixeira

Durante a União Ibérica, Portugal recebeu ordens para explorar o oeste da Amazônia, então sob domínio espanhol. A expedição liderada por Pedro Teixeira partiu de São Luís, em julho, em direção a Belém, composta por 47 canoas, 70 portugueses, aproximadamente 2 mil indígenas remeiros e arqueiros, com Briebe e Toledo como guias, e chegou a Quito em 12 meses.

Atuação dos Missionários na Amazônia Colonial

No século XVII, a Amazônia foi percorrida por diversos grupos: sertanistas em busca de “drogas do sertão,” expedições oficiais, tropas de apresamento, e missionários que buscavam catequizar e proteger os nativos. A presença portuguesa expandiu o território e resultou na fundação de vilas, fortes e missões ao longo dos rios Amazonas, Branco, Negro, Madeira, Tapajós e Xingu. D. João IV dividiu a região entre ordens religiosas, e os jesuítas se destacaram na defesa dos indígenas, com figuras como o Padre Antônio Vieira, que restaurou a autoridade jesuítica em 1680 e decretou a liberdade dos indígenas.

Política Colonial Portuguesa e os Indígenas

O governo português implementou três estratégias para ocupar a Amazônia: criação de capitânias reais e hereditárias, missões religiosas (jesuítas, carmelitas, franciscanos e mercedários), e medidas que consideravam os indígenas livres, exceto em alguns casos previstos por lei, ficando sua integração sob responsabilidade missionária. As formas de inserção dos indígenas na sociedade incluíam o “descimento” (persuasão missionária) e o aldeamento.

Tratados Importantes

- **Tratado de Tordesilhas (1494):** estabeleceu as áreas de domínio entre Portugal e Espanha sobre o mundo extraeuropeu.
- **Tratado de Lisboa (1681):** estipulou a devolução da Colônia do Sacramento à Espanha.
- **Primeiro Tratado de Utrecht (1713):** entre Portugal e França, definiu o rio Oiapoque como fronteira entre a Guiana e a Capitania do Cabo do Norte.
- **Segundo Tratado de Utrecht (1715):** entre Portugal e Espanha, resultou na devolução da Colônia do Sacramento a Portugal.
- **Tratado de El Pardo (1761):** anulou o Tratado de Madri.

– **Tratado de Santo Ildefonso (1777):** confirmou o Tratado de Madri, devolvendo a Portugal a ilha de Santa Catarina e entregando à Espanha a Colônia do Sacramento e a região dos Sete Povos.

Marquês de Pombal

Em 1759, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas das colônias portuguesas, especialmente da Amazônia. Em 1798, o Diretório dos Índios foi abolido devido à corrupção e abusos das autoridades locais. Para proteger a Amazônia, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi criado em 1751, sob o comando de Francisco Furtado, meio-irmão de Pombal. No início do século XVII, Francisco Caldeira Castelo Branco foi enviado para expulsar estrangeiros da Amazônia, fundando o Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém.

O Estado de Rondônia foi oficialmente criado pela Lei Complementar 041, de 22 de dezembro de 1981, sancionada pelo presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo. O coronel Jorge Teixeira de Oliveira foi nomeado como seu primeiro governador em 29 de dezembro de 1981, e a instalação oficial ocorreu em 4 de janeiro de 1982.

Administração de Pombal

No século XVIII, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, implementou mudanças políticas e econômicas em Portugal, inspirado pelos ideais iluministas. Seu objetivo era reduzir a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra. Em 1750, o Tratado de Madri concedeu a Portugal a Amazônia e a região dos Sete Povos das Missões, enquanto a Espanha recuperou a Colônia de Sacramento.

A centralização política de Portugal visava explorar as riquezas da Amazônia. Como parte dessa estratégia, foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, monopolizando o comércio de “drogas do sertão,” anteriormente controlado pelos missionários.

Real Forte do Príncipe da Beira

Após a restauração da Coroa Portuguesa em 1640, ao fim da União Ibérica, intensificaram-se as disputas territoriais entre Portugal e Espanha, especialmente na América do Sul. Para proteger as fronteiras do Centro-Oeste brasileiro e as riquezas de Mato Grosso, como previsto no Tratado de Madrid (1750), foram erguidas várias fortificações ao longo dos rios fronteiriços, incluindo o Forte Coimbra (Corumbá - MS) e o Real Forte Príncipe da Beira, no atual município de Costa Marques, na margem direita do Rio Guaporé. Na Bolívia, Paraguai e Argentina, existiam missões jesuíticas espanholas que ameaçavam os territórios portugueses, levando a uma série de invasões e conflitos.

Apesar do Tratado de Madrid, os espanhóis tentaram retomar áreas anteriormente ocupadas, como a missão de Santa Rosa no Rio Guaporé. As primeiras fortificações na área foram destruídas tanto por incursões espanholas quanto por uma grande enchente em 1771. Para assegurar a navegação no Rio Guaporé, o Governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, auxiliado pelo engenheiro genovês Domingos Sambuceti, explorou a região em 1773 e encontrou um local mais adequado para a construção de uma fortaleza, dois quilômetros abaixo, na margem direita do Rio.

O Forte Príncipe da Beira, projetado em estilo Vauban, teve sua construção iniciada em 20 de junho de 1776 e foi inaugurado em 20 de agosto de 1783. Sob a supervisão de Sambuceti, o projeto foi adaptado ao longo do tempo e contou com a participação de brancos, escravos e indígenas. Centenas de trabalhadores perderam a vida, principalmente devido à malária, durante a construção.

Real Forte do Príncipe da Beira

Na face norte do Forte Príncipe da Beira, construído em plena floresta amazônica, uma inscrição em latim registra a fundação da fortificação em 20 de junho de 1776, em homenagem a D. José de Bragança, Príncipe da Beira.

Segundo Lourismar Barroso, que escreveu um livro sobre o Forte, estima-se que, em seu auge, abrigava mais de 800 pessoas. Construído para proteger as fronteiras brasileiras conforme o Tratado de Madrid (1750) e para defender as riquezas do Mato Grosso, o Forte era uma das maiores fortalezas coloniais no Brasil, atrás apenas da Cidade do Salvador, erguida em 1549.

O engenheiro Domingos Sambuceti, responsável pela obra, faleceu em 1780 devido à malária e foi substituído por Ricardo Franco de Almeida e Serra. Estrategicamente localizado em um terraço de dez metros acima do Rio Guaporé, o Forte tinha muralhas de cantaria com 10 metros de altura e perímetro de 970 metros, protegidas por quatro baluartes com 14 canhoneiras cada.

Em seu interior, abrigava quartéis, armazéns, um hospital, prisão, capela e cisterna, acessados por uma ponte levadiça sobre um fosso. O Forte, apesar de nunca ter sido atacado, cumpria a função de proteção territorial.

Em 1789, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira visitou o Forte em missão científica. Mas, em 1869, a construção já apresentava sinais de abandono, como relatado por Joaquim Ferreira Moutinho. Após a Proclamação da República, o Forte ficou sem assistência do Governo, sendo finalmente desocupado em 1895.

O abandono levou ao saque de suas instalações, com canhões e um sino de bronze levados. Equipamentos do Forte foram encontrados na Bolívia, indicando a exploração dos seringais por bolivianos.

A expedição de Cândido Rondon em 1911 registrou o abandono do Forte, enquanto um artigo de 1911 denunciava o descaso com o monumento histórico. Em 1913, outra expedição relatou a presença de algumas peças de artilharia, e a área foi parcialmente limpa pela empresa Madeira-Mamoré Railway. Rondon voltou ao Forte em 1930 e alertou as autoridades sobre a sua importância. Em 1950, o Forte foi tombado pelo SPHAN e atualmente o Iphan, em parceria com o Exército, desenvolve atividades de restauração e escavações arqueológicas na área.

O Forte Príncipe da Beira, localizado na margem direita do rio Guaporé, está aproximadamente a 25 km de Costa Marques, 395 km da BR-364 e 755 km da capital de Rondônia, Porto Velho, sendo o mais antigo monumento histórico do estado. A região atrai turistas e estudantes pela sua relevância histórica.

Durante o governo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a construção do Forte iniciou-se em 20 de junho de 1776. Entre os engenheiros responsáveis estavam Domingos Sambuceti, italiano que faleceu de malária, e o português

Alexandre J. de Souza. Posteriormente, o sargento-mor Ricardo Franco assumiu a obra enfrentando desafios devido à escassez de materiais, epidemias e fome.

Trabalhadores vieram de São Paulo, Belém e Mato Grosso, enquanto a cal de pedra, trazida de Belém, foi transportada pelo rio Madeira. O Forte possui 970 metros de perímetro, muralhas de 10 metros de altura e 56 canhoneiras.

Após a conclusão em 1784, a guarnição militar foi formada, e a artilharia principal, com quatro canhões de bronze calibre 24, chegou de Belém em 1825, após cinco anos de transporte. O primeiro comandante do Forte foi José Mello de Souza Castro e Vilhena. Concebido por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, o Forte gradualmente perdeu sua importância estratégica devido ao declínio da atividade mineradora, do comércio fluvial e ao redirecionamento das tensões fronteiriças para o Vale do Paraguai.

O Forte acabou transformado em presídio e foi abandonado após a Proclamação da República. No início do século XX, o Marechal Cândido Rondon redescobriu o Forte e solicitou ao governo a instalação do Sétimo Pelotão de Fronteira, resgatando seu papel histórico.

Ocupação dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé

A Capitania do Grão-Pará e Maranhão visava povoar a região do Rio Madeira com o apoio de missões jesuítas para catequese indígena. Em 1734, o sargento-mor Francisco de Mello Palheta encontrou ouro, e, com a criação da Capitania de Mato Grosso, a ocupação intensificou-se.

Primeiras Iniciativas dos Portugueses na Amazônia

Em 1616, fundação do Forte do Presépio (Belém do Pará).

No século XVII, Pedro Teixeira e Aleixo Garcia realizaram expedições estratégicas para explorar e reivindicar territórios.

Entre 1723 e 1728, o padre João Sampayo fundou a Aldeia de Santo Antônio, a primeira povoação na margem direita do Rio Madeira.

A mineração no Mato Grosso prosperou até 1730, com a descoberta de ouro por Pascoal Moreira Cabral (1719) e Miguel Sutil (1722) em Cuiabá.

Exploração de Diamantes e Afluxo Populacional

Em 1747, a descoberta de diamantes em Diamantino atraiu aventureiros, embora a exploração tenha sido restrita pela Coroa. As expedições fluviais e as monções que partiam de São Paulo trouxeram governantes, religiosos, comerciantes, profissionais, escravos e aventureiros, aumentando substancialmente a população da região.

Fundação da Capitania de Mato Grosso

A Capitania de Mato Grosso foi criada em 9 de maio de 1748, com Dom Antônio Rolim de Moura como o primeiro governador. Em 1752, foi fundada a capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, para consolidar o território. As dificuldades de sobrevivência na fronteira incluíam queda na produção mineral e aumento das dívidas, o que levou ao comércio com missões espanholas do Guaporé.

Medidas de Expansão e Navegação

Em 1759, Rolim de Moura fundou o povoado de Nossa Senhora da Boa Viagem no Salto Grande do Rio Madeira, mas ataques indígenas, malária e fome impediram sua consolidação. Em 1798, foi aprovado um plano de navegação entre Belém e Vila Bela para impulsionar o comércio fluvial, apoiado por postos de apoio no Rio Madeira.

OS PORTUGUESES E O MOVIMENTO DOS BANDEIRANTES

Os jesuítas e bandeirantes foram os primeiros a explorar e ocupar a região do rio Madeira. O primeiro contato europeu com o rio ocorreu em 1542, quando o exploravam o local.

Em 1637, Pedro Teixeira liderou uma expedição portuguesa partindo de Cameté, no Grão-Pará, em direção a Quito, Vice-Reino do Peru. Ao passar pelas nascentes do rio Mamoré, ele navegou com sua comitiva em balsas rústicas, enfrentando corredeiras e cachoeiras até a foz do rio, seguindo pelo rio Cayari (Madeira) até sua desembocadura no Amazonas.

Durante essa viagem, Teixeira recebeu informações dos habitantes indígenas da ilha de Tupinambarana, que chamaram o curso de “Cayari” e o descreveram como origem de mont

Por volta de 1640, os jesuítas começaram a estabelecer contato com os tribos indígenas da região baixa do rio Madeira. Em 1669, os padres Manoel Pires e Grazoni fundaram a Missão Tupinambarana na ilha homônima, perto da foz do rio Madeira, com o propósito de catequizar os indígenas, consolidar o controle português e impedir o comércio local com os holandeses assentados no rio Negro.

A partir de 1687, os jesuítas estabeleceram várias missões ao longo do rio Madeira, formando alianças com as comunidades locais e expandindo a catequese e o comércio de especiarias, conhecidos como “drogas do sertão”, em aldeias como Abacaxis, Paranapariaria, Canumã, Onicoré e Tarerise. Essa expansão missionária acompanhava o crescimento das atividades de coleta e escambo das especiarias, transformando

Paralelamente, bandeirantes como Antônio Raposo Tavares exploraram o rio Madeira. Em 1650, ele percorreu o rio Madeira até sua foz, atravessando o Amazonas e alcançando o Forte de Gurupá, no litoral do Grão-Pará, em 1651. Essa expedição, composta por 200 paulistas e 1.260 indígenas, saiu de São Paulo em 1647, contornando os rios Tietê, Paraná e Paraguai, invadindo as possessões espanholas e retornando ao Brasil pelo rio Madeira.

Essa série de expedições de jesuítas e bandeirantes desempenhou um papel crucial na consolidação do domínio português na região amazônica e na integração do Vale do Madeira ao território.

Para os missionários, catequizar os indígenas não quis apenas ensinar uma moral cristã, mas também retirá-los do que consideravam a barbárie e integrá-los à sociedade colonial. Entre os valores transmitidos aos povos indígenas foi, sobretudo, uma importância do trabalho. Assim, o objetivo era transformar o índio em um bom cidadão e trabalhador.

Durante a administração pombalina, marcada pela criação do Diretório dos Índios e pela expulsão dos jesuítas em 1759, os trabalhadores indígenas foram submetidos a uma nova ordem.

Nos quarenta anos de vigência do Diretório, o número de índios envolvidos nesse sistema se prejudicou dramaticamente: de cerca de 30 mil em 1757 para aproximadamente 19 mil em 1798. Sob essa administração, os indígenas enfrentaram trabalho excessivo e maus-tratos por parte de diretores coloniais e militares, que, ao contrário dos padres que lideravam as missões, eram rudes e despreparados.

Marquês de Pombal, contrário ao domínio jesuíta, acusou a ordem de praticar comércio ilegal e de instigar os povos indígenas contra a Coroa. O poder crescente dos jesuítas era visto como uma ameaça, e, após sua expulsão, toda a riqueza acumulada pela ordem foi confiscada e vendida: cerca de 135 mil cabeças de gado, 1.500 cavalos, 22 fazendas, edifícios, plantações de cacau, entre outros bens.

No século XVIII, os aldeamentos formados durante as missões dos séculos XVI e XVII foram convertidos em vilas ou aldeias. Pombal retirou o caráter religioso desses núcleos e buscou transformar os indígenas em trabalhadores livres. Em 1755, um decreto impediu que as missões controlassem essas aldeias, permitindo o acesso de qualquer colonizador. Embora o decreto assegurasse aos índios os mesmos direitos dos cidadãos livres, eles não tinham o direito de administrar suas próprias comunidades. Pombal substituiu os missionários por diretores portugueses, que passaram a supervisionar a mão de obra indígena nas novas vilas e aldeias.

O TRATADO DE MADRI

O Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750, na Espanha, por D. João V (Portugal) e D. Fernando VI (Espanha), buscou resolver as disputas territoriais entre os dois reinos ibéricos, substituindo o Tratado de Tordesilhas (1494) e estabelecendo novas fronteiras na América do Sul.

No acordo, Portugal cedeu a Colônia do Sacramento (localizada no atual Uruguai) à Espanha, enquanto esta entregou a região dos Sete Povos das Missões a Portugal.

O embaixador brasileiro Alexandre de Gusmão (1695-1753), representando D. João V, defendeu o princípio do “uti possidetis, ita possideatis”, que assegura a posse do território a quem o ocupa. Como os portugueses já habitavam os Sete Povos das Missões, a Espanha aceitou o argumento, reconhecendo a posse portuguesa da margem oriental do Rio Guaporé e fixando limites territoriais entre os reinos na América do Sul.

O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO E A PRODUÇÃO DA BORRACHA, OS CONFLITOS NA REGIÃO DO ATUAL ESTADO DE RONDÔNIA

Descobrimiento e Colonização do Vale do Rio Madeira

Os primeiros contatos europeus com o rio Madeira começaram em 1542, quando Francisco Orellana, vindo dos Andes (Peru), desceu o rio Amazonas e nomeou-o “Rio Grande” ao chegar em sua foz. Em 1560, Nuflo de Chavez, saindo de Santa Cruz de La Sierra (atual Bolívia), percorreu o curso completo do rio Madeira desde a sua formação, na confluência dos rios Beni e Mamoré, até sua junção com o Amazonas.

Os holandeses também mantinham relações comerciais com os indígenas do baixo Madeira desde 1615, trocando produtos por especiarias. Em 1637, Pedro Teixeira liderou uma expedição portuguesa partindo do Grão-Pará rumo a Quito, e ao passar pela foz do Madeira, nomeou o rio em razão dos troncos de madeira que boiavam em suas águas.

Em 1650, Antônio Raposo Tavares percorreu o Madeira com sua bandeira, composta por mamelucos e indígenas, consolidando a presença luso-brasileira na região e informando Lisboa sobre o potencial econômico e as populações do vale do rio.

Com o controle consolidado da foz do Amazonas e a expulsão de franceses, ingleses e holandeses, os portugueses iniciaram a colonização do Vale Amazônico, estabelecendo fortificações militares, núcleos agropecuários e missões religiosas ao longo dos rios. Os jesuítas, desde 1640, iniciaram contatos com as tribos do baixo Madeira. Em 1669, liderados pelos padres Manoel Pires e Grazoni, fundaram a missão Tupinambara na ilha de mesmo nome, próxima à foz do Madeira, com o intuito de centralizar a catequese, apoiar a colonização do vale e interromper o comércio entre indígenas e holandeses.

A partir da missão Tupinambara, os jesuítas instalaram várias outras missões ao longo do Madeira, incluindo Abacaxis, Parapanarixaria, Canumã, Onicoré e Tarerise. Em 1689, os padres José Barreiros e João Ângelo Bononi estabeleceram uma missão entre os índios Iruris. As missões não apenas desempenhavam atividades religiosas e catequéticas, mas também serviam como entrepostos comerciais, promovendo o escambo de especiarias e produtos locais, conhecidos como “drogas do sertão”, com comerciantes do Grão-Pará.

As atividades missionárias enfrentavam obstáculos à sua expansão devido à resistência das nações indígenas, especialmente dos Tora, Mura, Mundurukos e Parintintin. A partir de 1715, as hostilidades aumentaram após o ataque do capitão João de Barros Guerra, sob ordens do governador do Grão-Pará, Christóvão de Costa Freire, que expulsou os Toras da foz do rio Madeira, perseguindo-os até além do Manicoré. Essa repressão ocorreu em resposta à expulsão dos colonos do rio Madeira pelos indígenas, que retaliaram por terem sido escravizados e vendidos.

Os Murus foram atacados por tropas de resgate lideradas pelo capitão Diogo Pinto Gaya (1718-1722) em Maicy, resultando na prisão de mais de quarenta indígenas, que foram levados para Santa Maria do Grão-Pará. Essas ações bélicas não apenas perpetuaram um estado de guerra entre os Murus, Toras e Parintintins, mas também geraram desconfiança entre outras nações em relação às intenções dos padres e colonos.

Apesar da resistência indígena à invasão de seus territórios, as atividades missionárias e comerciais continuaram a se expandir. Os padres estabeleceram missões e os comerciantes fluviais aumentaram sua presença, percorrendo os baixos cursos do rio Madeira e seus afluentes, como o rio Jamari, rico em cacau, trocando ferramentas e produtos manufaturados por especiarias da floresta com os índios, enquanto mantinham controle sobre esse comércio lucrativo.

O padre Jódoco Peres, superior dos jesuítas de Tupinambarana, subiu o rio Madeira em 1683, mas não conseguiu estabelecer uma missão na aldeia dos Iruris, que só foi fundada em 1689. Em 1712, o padre jesuíta João Sam Payo chegou ao rio

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

PLANEJAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

O planejamento da prática pedagógica é um dos pilares da educação eficaz. Ele não apenas organiza o conteúdo a ser trabalhado ao longo do ano letivo, mas também define objetivos, seleciona estratégias e prevê maneiras de avaliar a aprendizagem dos estudantes. A prática pedagógica bem planejada permite ao professor agir com intencionalidade, garantindo que cada atividade em sala de aula contribua para o desenvolvimento das competências esperadas dos alunos. Nesta análise, exploraremos a importância do planejamento pedagógico e os elementos essenciais que compõem uma prática docente bem-estruturada, abordando também o papel da adaptação nas rotinas escolares e como o professor pode flexibilizar e adequar seu planejamento para responder a diferentes necessidades da turma.

A Importância do Planejamento na Prática Pedagógica

O planejamento pedagógico é uma ferramenta essencial para alcançar os objetivos educacionais estabelecidos, pois confere intencionalidade e direção ao trabalho docente. Quando um professor planeja suas aulas, ele seleciona metodologias de ensino adequadas, prevê desafios de aprendizagem e se prepara para respondê-los com estratégias eficazes. Esse processo aumenta a clareza sobre o que se espera dos estudantes e promove um ambiente de ensino mais estruturado. Além disso, o planejamento previne a improvisação, permitindo que o professor otimize o tempo em sala de aula e mantenha um ritmo adequado ao desenvolvimento dos conteúdos. Para os estudantes, a aula planejada oferece uma experiência de aprendizado contínua e coesa, o que facilita a construção do conhecimento e estimula o engajamento com o conteúdo.

Componentes Essenciais de um Plano Pedagógico Eficaz

Um plano pedagógico eficaz envolve componentes específicos que orientam as ações do professor e promovem a aprendizagem dos estudantes. Dentre esses componentes, destacam-se:

- **Objetivos e competências:** Definir o que se espera que os estudantes aprendam é o primeiro passo. Objetivos claros permitem a avaliação do progresso e ajudam a ajustar o ensino de acordo com as necessidades.

- **Conteúdos:** A seleção e organização do conteúdo a ser trabalhado devem ser feitos de forma progressiva, respeitando o nível de dificuldade e a relação com os objetivos traçados.

- **Estratégias de ensino:** As metodologias aplicadas devem ser variadas e adequadas ao conteúdo e ao perfil dos estudantes, incluindo recursos como aulas expositivas, projetos, atividades práticas e debates.

- **Recursos didáticos:** Materiais como livros, vídeos, softwares educativos e até o uso de plataformas digitais são selecionados de acordo com as necessidades do conteúdo e as competências a serem desenvolvidas.

- **Avaliação:** A escolha dos métodos de avaliação, tanto formativos como somativos, é essencial para monitorar o aprendizado dos alunos e fazer ajustes no ensino.

Esses componentes juntos ajudam a criar um plano pedagógico coerente e alinhado às necessidades dos estudantes, facilitando a prática docente.

Etapas do Planejamento Pedagógico

O planejamento pedagógico segue etapas que organizam o trabalho docente de forma sistemática. As principais etapas são:

1. **Análise do contexto:** Conhecer o perfil dos alunos, os recursos da escola e o currículo é essencial para que o planejamento seja realista e adaptado às necessidades da turma.

2. **Definição dos objetivos:** Com base na análise do contexto, o professor define os objetivos de aprendizagem, detalhando as competências e habilidades que deseja desenvolver nos alunos.

3. **Seleção de conteúdos e estratégias:** Após estabelecer os objetivos, é preciso escolher os conteúdos e as estratégias que se adequem ao propósito da aula, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos estudantes.

4. **Organização do cronograma:** O tempo de ensino deve ser distribuído de forma que todos os conteúdos sejam abordados, respeitando o ritmo de aprendizagem dos alunos.

5. **Avaliação e revisão:** O plano é implementado, e o professor avalia o processo de ensino-aprendizagem, revisando o plano conforme necessário para garantir que as metas estão sendo atingidas.

Esse processo cíclico de planejar, executar, avaliar e ajustar permite ao professor aprimorar continuamente sua prática pedagógica.

Adaptação e Flexibilização do Planejamento em Sala de Aula

Mesmo com um planejamento bem elaborado, é comum que ajustes sejam necessários no dia a dia escolar. A flexibilidade é essencial para responder a imprevistos e adequar a prática docente às mudanças. Situações como a necessidade de reexplicar um conteúdo, questões comportamentais ou novas exigências curriculares podem exigir que o professor adapte seu plano de aula. Nesse sentido, a avaliação constante do aprendizado dos alunos permite ao docente identificar possíveis lacunas ou dificuldades específicas e, assim, adaptar sua abordagem metodológica para que os objetivos sejam alcançados. Ferramentas como a diferenciação pedagógica e o uso de

metodologias ativas são estratégias de adaptação que permitem um ensino mais individualizado e inclusivo, beneficiando alunos com diferentes perfis de aprendizagem.

Conclusão

O planejamento da prática pedagógica é fundamental para o sucesso do processo educativo, pois organiza e estrutura o ensino, promovendo um aprendizado significativo. Para que o planejamento seja efetivo, o professor precisa articular objetivos claros, conteúdos relevantes e estratégias de ensino que favoreçam o desenvolvimento dos estudantes. Além disso, a prática pedagógica exige uma postura flexível e adaptável, que permita ajustes constantes e responda às demandas do contexto escolar. Um planejamento bem-feito e dinâmico se reflete em uma sala de aula ativa e participativa, onde o aprendizado é construído de forma coletiva e significativa.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS

— Conceito de Práticas Pedagógicas Transformadoras

As práticas pedagógicas transformadoras surgem como um modelo educacional inovador, que vai além da simples transmissão de conteúdos e visa promover uma educação que forme indivíduos críticos, reflexivos e atuantes socialmente. Esse conceito é fundamentado em uma educação dialógica e libertadora, onde o processo de ensino-aprendizagem é ativo e colaborativo, estimulando o aluno a se tornar um sujeito consciente de sua realidade e capaz de transformá-la.

Essas práticas buscam superar modelos tradicionais de ensino, caracterizados pela “educação bancária”, termo cunhado por Paulo Freire, em que o conhecimento é depositado pelo professor e apenas absorvido pelo aluno. Em contraponto, as práticas pedagógicas transformadoras encorajam a construção conjunta do conhecimento, onde aluno e professor são parceiros ativos e igualmente envolvidos no processo educativo.

Princípios e Características das Práticas Pedagógicas Transformadoras

— **Educação Crítica e Conscientizadora:** As práticas pedagógicas transformadoras promovem uma educação crítica, em que os alunos são incentivados a refletir sobre o mundo ao seu redor, questionando normas, valores e estruturas sociais. A ideia central é desenvolver a conscientização, ou seja, a capacidade de compreender as condições sociais, econômicas e políticas que afetam suas vidas e de outros ao seu redor.

— **Desenvolvimento do Protagonismo e Autonomia:** O aluno é visto como protagonista de sua própria aprendizagem. As práticas pedagógicas transformadoras enfatizam a autonomia, capacitando o aluno a fazer escolhas conscientes, resolver problemas e tomar decisões que contribuam para seu desenvolvimento pessoal e social.

— **Diálogo e Horizontalidade:** Diferente da tradicional relação vertical entre professor e aluno, as práticas pedagógicas transformadoras promovem uma relação horizontal, onde o diálogo é central. Essa interação respeitosa e aberta permite que o conhecimento flua em ambas as direções e que a diversidade de experiências e perspectivas seja valorizada.

— **Integração com o Contexto Social e Cultural:** Esse modelo de prática educativa procura relacionar os conteúdos ensinados com a realidade vivida pelos alunos, respeitando e incluindo sua cultura, valores e saberes prévios. Assim, o processo educativo se torna relevante e significativo, pois conecta o conhecimento teórico às vivências práticas dos estudantes.

— **Formação de Valores para a Cidadania:** Além do aprendizado cognitivo, as práticas pedagógicas transformadoras se preocupam com a formação de valores éticos e de cidadania. Esse tipo de prática visa desenvolver competências socioemocionais, como empatia, respeito à diversidade, e consciência social, essenciais para a convivência em uma sociedade pluralista e democrática.

Influências Teóricas

As práticas pedagógicas transformadoras se fundamentam em várias teorias e pensadores, destacando-se Paulo Freire, que propõe uma pedagogia libertadora onde a educação é vista como uma prática de liberdade. Outros autores, como John Dewey, sugerem que a educação deve ser prática e baseada na experiência, conectando-se com o cotidiano dos estudantes para tornar a aprendizagem mais eficaz.

Vygotsky, com a teoria sociocultural, também contribuiu para esse conceito, pois reforça a ideia de que o aprendizado é uma construção coletiva, que ocorre no contexto das interações sociais.

A Importância das Práticas Pedagógicas Transformadoras

O principal objetivo dessas práticas é criar condições para uma educação que possibilite ao aluno compreender criticamente seu papel na sociedade e desenvolver habilidades para intervir e transformá-la. Esse modelo de ensino visa não apenas o sucesso acadêmico, mas também a formação de cidadãos conscientes e ativos, que contribuam para uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Assim, ao implementar práticas pedagógicas transformadoras, o educador promove uma educação integral que integra aspectos cognitivos, emocionais e sociais, formando indivíduos capazes de lidar com os desafios contemporâneos e atuar em prol de mudanças positivas na sociedade.

— Fundamentos Teóricos das Práticas Pedagógicas Transformadoras

As práticas pedagógicas transformadoras estão ancoradas em um conjunto de teorias e concepções de educação que priorizam o desenvolvimento integral e a formação crítica do indivíduo, buscando torná-lo um agente de mudança em sua realidade. Entre os principais teóricos que fundamentam essa abordagem estão Paulo Freire, John Dewey e Lev Vygotsky, cujas contribuições teóricas moldaram a forma como entendemos a educação crítica, participativa e socialmente engajada.

Paulo Freire e a Pedagogia Crítica

Paulo Freire é um dos maiores expoentes das práticas pedagógicas transformadoras, com seu conceito de pedagogia crítica ou pedagogia libertadora. Em sua obra “Pedagogia do Oprimido” (1970), Freire desenvolve a ideia de uma educação que liberte os indivíduos da opressão social, política e econômica, promovendo a conscientização — ou seja, a capacidade de entender criticamente a realidade para, então, transformá-la.

Conceitos-chave na teoria de Freire:

– **Educação Bancária vs. Educação Problematicadora:** Freire critica a “educação bancária”, em que o professor deposita conhecimento no aluno, que o recebe passivamente. Em oposição, a “educação problematicadora” incentiva o aluno a questionar, refletir e se envolver ativamente, reconhecendo-se como sujeito do aprendizado.

– **Diálogo e Conscientização:** A prática educativa deve ocorrer por meio do diálogo entre professor e aluno, numa relação horizontal. Esse diálogo promove a conscientização, um processo que permite ao aluno reconhecer e criticar as estruturas de opressão presentes em sua realidade.

– **Educação como Prática da Liberdade:** Freire argumenta que a educação deve ser uma ferramenta de transformação social, possibilitando que os oprimidos se libertem de condições de desigualdade, desenvolvendo a capacidade de pensar criticamente e agir sobre o mundo.

A aplicação das ideias de Freire em sala de aula passa por incentivar os estudantes a participarem ativamente na construção do conhecimento, trazendo suas experiências e discutindo criticamente temas sociais e culturais. Esse processo educativo transforma a sala de aula em um espaço de diálogo e cidadania ativa.

John Dewey e a Educação Progressiva

John Dewey, filósofo e educador americano, também é uma figura essencial para as práticas pedagógicas transformadoras. Em suas obras, Dewey defende uma educação democrática e experiencial, onde o aprendizado deve estar conectado à vida do aluno e ter uma função prática.

– **Conceitos-chave na teoria de Dewey:**

– **Educação como Experiência:** Para Dewey, o aprendizado deve ocorrer por meio de experiências práticas e significativas para o aluno. Ele acredita que a educação é um processo contínuo e que as experiências reais são essenciais para o desenvolvimento intelectual e moral.

– **Interação e Continuidade:** Dewey introduz os conceitos de “continuidade” e “interação” para descrever como a experiência educativa deve evoluir a partir das experiências passadas do aluno e ser influenciada pelas interações sociais. A escola, assim, é vista como um laboratório onde o aluno vivencia experiências de cidadania e democracia.

– **Aprendizado Colaborativo:** Dewey defende que o aprendizado deve ser colaborativo e social, enfatizando a importância das interações e do trabalho em grupo, onde o aluno aprende a respeitar e entender diferentes pontos de vista.

Dewey contribui para as práticas transformadoras ao sugerir que o ambiente escolar deve estimular a curiosidade, a investigação e o desenvolvimento de habilidades críticas, preparando os alunos para uma vida participativa na sociedade.

Lev Vygotsky e a Teoria Sociocultural

Lev Vygotsky, psicólogo russo, é conhecido por sua teoria sociocultural, que enfatiza a importância das interações sociais para o desenvolvimento cognitivo. Para Vygotsky, o conhecimento é construído em sociedade, por meio de interações mediadas pela cultura e pela linguagem.

– **Conceitos-chave na teoria de Vygotsky:**

– **Mediação e Interação Social:** Vygotsky defende que o aprendizado ocorre a partir da interação social, sendo o conhecimento mediado pelo ambiente cultural e pelos pares. O professor, ou outro aluno mais experiente, atua como mediador, ajudando o aluno a acessar novos saberes.

– **Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP):** Um dos conceitos mais importantes de Vygotsky, a ZDP refere-se ao nível de desenvolvimento que o aluno pode atingir com a ajuda de um mediador. Dessa forma, o aprendizado é um processo em que o aluno se apropria de novos conhecimentos que, inicialmente, estão além de seu alcance individual.

– **A importância da linguagem:** Vygotsky acredita que a linguagem é fundamental para o desenvolvimento do pensamento. Através da comunicação, o aluno organiza o pensamento e aprende a expressar suas ideias, desenvolvendo habilidades essenciais para o pensamento crítico.

A aplicação das ideias de Vygotsky nas práticas transformadoras passa por valorizar o trabalho em grupo, a colaboração e o papel ativo do professor como mediador, promovendo uma aprendizagem contextualizada e socialmente significativa.

Outros Contribuintes e Abordagens Complementares

Além de Freire, Dewey e Vygotsky, outras abordagens influenciam as práticas pedagógicas transformadoras:

– **Jean Piaget e a Aprendizagem Ativa:** Piaget contribui ao enfatizar a importância do desenvolvimento cognitivo e do aprendizado ativo, onde o aluno constrói o conhecimento a partir de sua interação com o ambiente.

– **Teoria da Educação Popular:** Associada a movimentos sociais, essa abordagem defende uma educação voltada às necessidades da comunidade e à formação política, sendo influenciada pelos ideais freireanos de empoderamento e justiça social.

As práticas pedagógicas transformadoras se fundamentam na ideia de que a educação deve ser uma ferramenta de emancipação, ajudando os alunos a entender e transformar a sociedade. Essa visão da educação se afasta de um modelo transmissivo e adota uma abordagem participativa, dialógica e contextualizada, onde o aluno é um protagonista ativo. A combinação das ideias de Freire, Dewey e Vygotsky oferece um modelo educacional que privilegia o diálogo, a experiência prática e a mediação social, promovendo uma formação integral e cidadã.

Esses fundamentos são essenciais para criar práticas educacionais que, além de ensinar conteúdos, capacitam os alunos a desenvolverem consciência crítica, autonomia e compromisso social, pilares de uma educação transformadora.

– **Objetivos e Características das Práticas Pedagógicas Transformadoras**

As práticas pedagógicas transformadoras buscam uma educação que forme não apenas indivíduos competentes academicamente, mas cidadãos críticos, conscientes e capazes de atuar em sua realidade de maneira reflexiva e transformadora.

Diferentes das abordagens tradicionais, essas práticas promovem uma relação dialógica e participativa, onde o conhecimento é construído coletivamente.

Neste contexto, os principais objetivos e características dessas práticas estão relacionados ao desenvolvimento da autonomia, do protagonismo, da criticidade e da responsabilidade social.

Objetivos das Práticas Pedagógicas Transformadoras

– Desenvolver a Consciência Crítica e a Conscientização:

Inspirado por Paulo Freire, um dos objetivos centrais é a formação de uma consciência crítica, em que os alunos compreendem as estruturas sociais e culturais que os envolvem e conseguem analisá-las criticamente. A ideia de conscientização (_conscientização_), fundamental para Freire, busca promover uma educação que permita ao aluno identificar opressões, desigualdades e possibilidades de transformação na sociedade.

– Promover o Protagonismo e a Autonomia dos Estudantes:

Práticas pedagógicas transformadoras têm como foco o desenvolvimento da autonomia, permitindo que o aluno se torne um agente ativo no processo de aprendizado. Os alunos são incentivados a fazer escolhas, tomar decisões e participar ativamente do processo educativo, tornando-se protagonistas de suas próprias trajetórias.

– Formar Cidadãos Participativos e Engajados:

Essas práticas promovem uma educação voltada para a cidadania, incentivando o aluno a entender e respeitar os valores democráticos e a exercer sua cidadania de maneira plena. Isso significa preparar os alunos para que possam contribuir de forma ética, justa e empática em uma sociedade pluralista, com respeito às diversidades.

– Desenvolver Habilidades Socioemocionais:

Além do desenvolvimento cognitivo, as práticas pedagógicas transformadoras também valorizam o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, cooperação, resiliência e comunicação. Tais habilidades são essenciais para a convivência harmoniosa em sociedade e para a resolução de conflitos de forma pacífica.

– Promover a Interdisciplinaridade e o Aprendizado Significativo:

O objetivo é conectar o aprendizado a contextos reais e promover a interdisciplinaridade, para que os conteúdos escolares sejam aplicáveis e relevantes para o cotidiano dos alunos. Isso facilita a compreensão holística dos problemas e promove a construção de um conhecimento mais profundo e significativo.

Características das Práticas Pedagógicas Transformadoras

As práticas pedagógicas transformadoras possuem características específicas que as diferenciam de métodos tradicionais de ensino. Elas se destacam pela abordagem participativa e dialógica, pela contextualização dos conteúdos e pelo foco na formação integral dos alunos. Abaixo, exploramos as principais características:

– Diálogo como Ferramenta Pedagógica:

O diálogo é o centro das práticas pedagógicas transformadoras. Ao contrário de uma educação autoritária, que impõe o conhecimento, o diálogo promove a troca mútua de saberes entre professor e aluno. Isso valoriza as experiências prévias dos alunos, criando um espaço de aprendizado horizontal e colaborativo.

– Relação Horizontal e Inclusiva:

Em vez de uma relação vertical entre professor e aluno, as práticas transformadoras promovem uma relação horizontal. O professor assume o papel de mediador e facilitador, e o aluno é incentivado a contribuir, questionar e sugerir alternativas. Essa dinâmica inclusiva valoriza as diferentes perspectivas e permite que cada aluno se sinta parte ativa do processo de aprendizado.

– Centralidade da Experiência e do Contexto Social:

Inspirada por Dewey e Vygotsky, essa característica enfatiza a importância da experiência e da relação entre conteúdo e contexto social. Os conteúdos são abordados de forma que se relacionem diretamente com a realidade dos alunos, tornando o aprendizado relevante e motivador. Dessa forma, a aprendizagem ocorre de maneira mais profunda e duradoura.

– Enfoque em Projetos e Solução de Problemas:

As práticas pedagógicas transformadoras frequentemente utilizam métodos como o aprendizado baseado em projetos e o aprendizado baseado em problemas (ABP). Essas metodologias incentivam os alunos a explorar questões reais, que exigem pesquisa, cooperação e solução prática. Esse tipo de prática também favorece a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos.

– Valorização da Diversidade e Inclusão:

Outro aspecto central é o respeito à diversidade. Em uma sala de aula que adota práticas pedagógicas transformadoras, cada aluno é valorizado em sua individualidade, com reconhecimento de suas diferenças culturais, sociais, econômicas e cognitivas. Isso cria um ambiente de inclusão e respeito, onde os estudantes aprendem a conviver com a pluralidade de opiniões e perspectivas.

– Avaliação Processual e Formativa:

A avaliação nas práticas transformadoras vai além das provas e dos exames tradicionais, adotando uma abordagem formativa e contínua. O progresso do aluno é acompanhado ao longo do processo, considerando não apenas o domínio do conteúdo, mas também seu envolvimento, criatividade, autonomia e capacidade crítica. Feedbacks constantes e personalizados orientam o estudante sobre seus pontos fortes e áreas para desenvolvimento, incentivando-o a se aprimorar continuamente.

Síntese: Como os Objetivos e Características se Conectam

As práticas pedagógicas transformadoras visam formar cidadãos críticos e atuantes, promovendo uma educação que seja ao mesmo tempo pessoal, social e academicamente relevante. Ao adotar uma postura dialógica e centrada no aluno, a prática pedagógica transformadora oferece uma formação que ultrapassa os limites da sala de aula, preparando o aluno para ser um agente de mudança na sociedade.

CONHECIMENTOS NA ÁREA DE FORMAÇÃO

PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM E AS TEORIAS DE APRENDIZAGEM

Introdução ao Processo de Ensino e Aprendizagem

O processo de ensino e aprendizagem é uma atividade complexa e multidimensional que se baseia na interação entre quem ensina e quem aprende. Trata-se de um fenômeno que vai além da simples transmissão de conteúdos, pois envolve a formação de competências, habilidades, atitudes e valores. No contexto educacional, esses processos exigem um esforço conjunto dos professores, que atuam como mediadores do conhecimento, e dos alunos, que participam ativamente na construção de seu próprio saber. Este processo não é uniforme e, portanto, deve ser moldado conforme as necessidades e o perfil de cada estudante, o que torna fundamental a compreensão das diferentes teorias de aprendizagem.

As teorias de aprendizagem oferecem modelos e princípios que ajudam a entender como o conhecimento é adquirido, processado e retido. São essas teorias que orientam a prática pedagógica, fornecendo base para o desenvolvimento de métodos e estratégias de ensino que visam potencializar a capacidade de aprendizado dos alunos. Neste texto, exploraremos as principais teorias que embasam o processo de ensino e aprendizagem, incluindo o behaviorismo, o cognitivismo, o construtivismo e o sociointeracionismo. Com isso, pretendemos oferecer uma visão abrangente sobre como essas teorias influenciam as práticas educacionais e auxiliam na criação de ambientes de aprendizagem mais eficazes.

Principais Teorias de Aprendizagem

Ao longo do tempo, diferentes teorias de aprendizagem foram desenvolvidas para explicar como o ser humano aprende. Essas teorias podem ser classificadas em diversas abordagens, cada uma com pressupostos distintos sobre o papel do aluno e do professor no processo educativo. As quatro principais teorias que influenciam o ensino contemporâneo são:

- **Behaviorismo:** Enfatiza a aprendizagem através de estímulos e respostas, considerando que o comportamento humano é moldado por reforços. A prática educacional nesse modelo é centrada no controle dos estímulos para obter respostas desejadas.

- **Cognitivismo:** Baseado na ideia de que o aprendizado é um processo interno de assimilação e organização de informações. Esta abordagem valoriza o conhecimento prévio do aluno e como ele processa e interpreta novas informações.

- **Construtivismo:** Propõe que o aluno construa ativamente seu conhecimento a partir de interações com o meio ambiente e experiências vivenciadas, sendo o professor um facilitador desse processo.

- **Sociointeracionismo:** Enfatiza a aprendizagem através da interação social, sugerindo que o conhecimento é construído por meio do diálogo e da cooperação. Destaca-se, aqui, a importância do contexto social e cultural para o aprendizado.

Cada uma dessas teorias oferece ferramentas e estratégias únicas que podem ser combinadas para atender às necessidades individuais dos alunos. A seguir, veremos cada uma dessas teorias em maior detalhe.

Behaviorismo: Estímulo e Reforço no Ensino e Aprendizagem

O behaviorismo, uma das primeiras teorias modernas de aprendizagem, foi desenvolvido no início do século XX por estudiosos como John Watson e B.F. Skinner. Essa abordagem sustenta que a aprendizagem ocorre através de associações entre estímulos e respostas, sendo moldada pelo reforço — positivo ou negativo. Para Skinner, o comportamento humano é determinado por suas consequências, o que significa que, ao recompensar ou punir determinados comportamentos, é possível moldar o comportamento do aluno.

No contexto educacional, essa teoria aplica-se em estratégias que envolvem o uso de reforços para estimular a aprendizagem, como o uso de prêmios, elogios e incentivos quando o aluno apresenta o comportamento desejado. Além disso, o ensino programado, onde o conteúdo é apresentado em etapas graduais e com feedback constante, também é uma aplicação prática do behaviorismo. A principal crítica ao behaviorismo é a sua visão reducionista do ser humano, pois foca no comportamento observável e desconsidera os processos mentais internos, fundamentais no processo de aprendizagem.

Cognitivismo: O Papel do Conhecimento Prévio e Processamento de Informações

O cognitivismo surge em oposição ao behaviorismo, defendendo que o aprendizado é um processo mental ativo, em que o aluno assimila e organiza informações, interpretando-as e relacionando-as com conhecimentos prévios. Dois dos principais teóricos do cognitivismo são Jean Piaget, com sua teoria dos estágios do desenvolvimento cognitivo, e David Ausubel, que introduziu o conceito de aprendizagem significativa.

Para Piaget, a aprendizagem ocorre por meio de dois processos principais: assimilação e acomodação. Na assimilação, o aluno incorpora novas informações a esquemas já existentes, enquanto, na acomodação, o esquema é modificado para se adaptar a novas informações. Ausubel, por outro lado, defende que o conhecimento prévio do aluno é o fator mais importante para a aprendizagem, e que a nova informação deve ser

relacionada a esse conhecimento para ser verdadeiramente compreendida. Na prática educacional, essa abordagem se traduz na importância de identificar e ativar o conhecimento prévio dos alunos antes de introduzir novos conteúdos, e no uso de organizadores prévios como mapas conceituais para auxiliar na compreensão do conteúdo.

Construtivismo e Sociointeracionismo: O Papel do Aluno na Construção do Conhecimento

O construtivismo, influenciado por Jean Piaget, considera que o conhecimento é construído ativamente pelo aluno a partir de suas experiências. No construtivismo, o aluno é visto como protagonista de sua aprendizagem, sendo o professor um facilitador que deve incentivar a autonomia e o pensamento crítico. Piaget argumenta que, ao resolver problemas e explorar situações, o aluno desenvolve estruturas cognitivas que o ajudam a entender o mundo.

Paralelamente ao construtivismo, temos o sociointeracionismo, teoria desenvolvida por Lev Vygotsky, que enfatiza a importância da interação social no processo de aprendizagem. Segundo Vygotsky, o conhecimento é construído através da interação com o outro, e é nessa troca que ocorre a internalização de conceitos e habilidades. Um conceito central no sociointeracionismo é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que define a diferença entre o que o aluno consegue realizar sozinho e o que ele consegue realizar com ajuda. Assim, o papel do professor é criar oportunidades de interação que explorem essa zona, promovendo um aprendizado colaborativo e dialógico.

Conclusão: A Importância das Teorias no Processo Educacional

Compreender as diferentes teorias de aprendizagem é fundamental para desenvolver práticas pedagógicas eficazes que considerem as especificidades de cada aluno e o contexto de ensino. O behaviorismo, com seu foco no reforço, pode ser útil em situações que demandam motivação extrínseca e disciplina. O cognitivismo, ao enfatizar o conhecimento prévio e o processamento de informações, valoriza a estruturação lógica do conteúdo. O construtivismo, por sua vez, apoia-se na construção ativa do conhecimento, promovendo a autonomia do aluno, enquanto o sociointeracionismo destaca a importância da interação social, reforçando a dimensão coletiva e cultural do aprendizado.

A aplicação dessas teorias no contexto educacional contribui para a formação de cidadãos críticos, autônomos e cooperativos. Educadores que entendem essas abordagens podem criar ambientes de aprendizagem ricos e diversificados, capazes de responder às necessidades de alunos com perfis e estilos de aprendizagem distintos. Dessa forma, as teorias de aprendizagem não apenas fundamentam a prática pedagógica, mas também promovem uma educação mais inclusiva e significativa, que prepara os alunos para os desafios do mundo contemporâneo.

RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Introdução: O Papel da Relação Professor-Aluno na Educação

A relação entre professor e aluno é um dos elementos mais influentes no ambiente educacional e no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes. Esse vínculo transcende o aspecto técnico da transmissão de conhecimento e envolve fatores emocionais, sociais e motivacionais que são fundamentais para uma aprendizagem significativa. Um professor que estabelece uma conexão respeitosa e empática com seus alunos consegue engajá-los de forma mais efetiva, incentivando o interesse pelo conteúdo e estimulando a autoestima e a confiança dos estudantes no processo de aprendizado.

Estudos mostram que a qualidade da relação professor-aluno está diretamente ligada ao desempenho escolar, uma vez que os alunos que se sentem valorizados tendem a ser mais motivados e participativos. Essa relação é particularmente relevante em contextos educativos nos quais o aluno enfrenta dificuldades, pois o apoio do professor pode ser um diferencial crucial. Neste texto, abordaremos como a relação professor-aluno impacta o aprendizado, os fatores que contribuem para a construção de um vínculo positivo, os desafios envolvidos e as estratégias para fortalecer essa relação no contexto escolar.

Impactos da Relação Professor-Aluno no Aprendizado

Uma relação saudável entre professor e aluno beneficia a aprendizagem de diversas maneiras. Primeiramente, esse vínculo contribui para a criação de um ambiente seguro e acolhedor, onde o aluno se sente livre para expressar suas dúvidas e dificuldades sem receio de julgamentos. Essa sensação de segurança é essencial para o desenvolvimento da autoconfiança e do senso de pertencimento, aspectos fundamentais para o engajamento e a persistência nos estudos. Além disso, a interação positiva favorece o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, autocontrole e capacidade de trabalhar em equipe, competências cada vez mais valorizadas no contexto educacional e profissional.

Outro impacto importante é o aumento da motivação e do interesse pelo conteúdo. Professores que estabelecem uma boa relação com seus alunos conseguem tornar as aulas mais dinâmicas e interativas, adaptando as metodologias de acordo com as necessidades e interesses da turma. Isso resulta em um aprendizado mais significativo e facilita a retenção do conteúdo. Por fim, a relação professor-aluno é essencial para o desenvolvimento da autoeficácia do aluno, ou seja, a crença em sua capacidade de enfrentar e superar desafios acadêmicos. Alunos que percebem que seu professor acredita em seu potencial têm mais confiança para explorar o conteúdo e desenvolver suas habilidades.

Fatores que contribuem para uma Relação Positiva

Diversos fatores contribuem para a construção de uma relação professor-aluno saudável e positiva. Entre eles, destaca-se a comunicação efetiva, que permite o diálogo aberto e a troca de feedbacks construtivos. Uma comunicação clara e respeitosa cria um canal de confiança, no qual o aluno se sente à vontade

para questionar, argumentar e colaborar. Além disso, o respeito mútuo é um elemento crucial para essa relação. Quando o professor respeita o ritmo, as dificuldades e as diferenças individuais de cada aluno, ele demonstra um olhar inclusivo e acolhedor, favorecendo o engajamento e a participação ativa.

Outro aspecto fundamental é a empatia, que permite ao professor compreender as necessidades e o contexto dos alunos, desenvolvendo práticas pedagógicas que consideram essas particularidades. O ambiente de sala de aula, por sua vez, precisa ser acolhedor e seguro, livre de preconceitos e discriminações, proporcionando uma experiência educacional na qual todos os alunos possam se sentir valorizados. O professor atua como facilitador, promovendo um espaço de cooperação e interação que favorece tanto o aprendizado quanto o crescimento pessoal dos estudantes.

Desafios na Construção de uma Relação Saudável

A construção de uma relação saudável entre professor e aluno enfrenta uma série de desafios que, muitas vezes, são estruturais e externos ao controle direto dos envolvidos. Um dos principais obstáculos é a alta carga de trabalho e o elevado número de alunos por turma, que dificultam a criação de uma conexão individualizada com cada estudante. Esse contexto limita o tempo e a disponibilidade do professor para dar atenção a cada aluno de forma adequada, o que pode comprometer a qualidade do ensino e dificultar o estabelecimento de uma relação mais próxima.

Outro desafio significativo são as diferenças culturais e de expectativas entre professores e alunos. Em um ambiente educacional cada vez mais diverso, é comum que haja divergências na forma como o aprendizado é percebido e valorizado. Isso exige do professor uma sensibilidade para adaptar sua abordagem, considerando a diversidade cultural, social e emocional dos alunos. Além disso, a falta de recursos pedagógicos e o ambiente físico desfavorável, muitas vezes, dificultam a criação de atividades mais interativas e inclusivas, limitando as oportunidades de interação e aproximação entre professor e aluno.

Estratégias para Fortalecer a Relação Professor-Aluno

Existem diversas estratégias que o professor pode adotar para fortalecer sua relação com os alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e motivador. A primeira delas é o uso do feedback construtivo, que vai além da correção de erros e busca orientar o aluno para o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades. Um feedback que reconhece o esforço e sugere melhorias de forma positiva tende a ser bem recebido e fortalece a confiança do aluno no processo de aprendizado.

Outra estratégia importante é a valorização do diálogo e da escuta ativa. O professor que se dispõe a ouvir os alunos com atenção e respeito demonstra interesse em suas opiniões e sentimentos, criando um espaço onde todos se sentem parte do processo. A valorização da individualidade do aluno, levando em conta suas particularidades, dificuldades e preferências, é outra prática fundamental para estabelecer um vínculo de confiança. Além disso, adaptar as estratégias de ensino para incluir métodos variados, como atividades em grupo, debates e projetos, é uma forma de tornar a aula mais dinâmica e acessível, promovendo a participação de todos os alunos.

Conclusão: A Relação Professor-Aluno como Base para o Sucesso Escolar

A relação professor-aluno é um componente essencial para o sucesso educacional, pois influencia diretamente o engajamento, a motivação e o desempenho acadêmico dos alunos. Uma relação positiva, baseada em respeito, empatia e comunicação, cria um ambiente propício ao aprendizado, no qual o aluno se sente seguro para explorar seu potencial e enfrentar desafios. Além disso, essa relação contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais que serão importantes para a vida acadêmica e profissional do estudante.

Investir em estratégias para fortalecer a relação entre professor e aluno é uma necessidade no contexto atual, em que as demandas pedagógicas são cada vez mais complexas e diversificadas. Professores que compreendem a importância desse vínculo e buscam desenvolvê-lo promovem uma educação mais humanizada e efetiva, contribuindo para a formação integral dos alunos. Dessa forma, a construção de uma relação professor-aluno saudável não apenas favorece o aprendizado acadêmico, mas também estimula a autonomia, a cooperação e o crescimento pessoal, preparando os alunos para serem cidadãos críticos e ativos na sociedade.

OS MÉTODOS DE ENSINO

Introdução: A Importância dos Métodos de Ensino no Processo Educacional

Os métodos de ensino são o conjunto de estratégias e abordagens utilizadas por educadores para facilitar o aprendizado dos alunos, criando uma ponte entre o conhecimento e a prática pedagógica. A escolha do método adequado não é apenas uma questão técnica, mas uma decisão estratégica que impacta diretamente a motivação, o engajamento e o sucesso acadêmico dos estudantes. No cenário educacional atual, marcado pela diversidade de perfis e necessidades, a personalização das práticas de ensino tornou-se essencial, exigindo que os professores estejam atentos a diferentes abordagens para atender de forma mais eficaz a cada aluno.

O método de ensino escolhido influencia não apenas a forma como o conteúdo é apresentado, mas também como os alunos se relacionam com o material de estudo e com o próprio processo de aprendizagem. Diferentes métodos podem oferecer vantagens específicas, seja na promoção de habilidades críticas, na capacidade de resolver problemas ou na construção de competências colaborativas e criativas. Neste texto, exploraremos os principais métodos de ensino, incluindo desde o modelo tradicional até abordagens ativas, colaborativas e tecnológicas. O objetivo é compreender como cada método pode ser aplicado no contexto educacional para proporcionar uma educação mais completa e inclusiva.

Método Tradicional: Exposição e Instrução Direta

O método tradicional, ou expositivo, é um dos modelos de ensino mais antigos e amplamente utilizados, consistindo em uma abordagem onde o professor é o detentor do conhecimento e o transmite aos alunos de maneira direta. Esse método geralmente envolve aulas expositivas, nas quais o professor apresenta o conteúdo de forma sequencial e estruturada,

cabendo aos alunos o papel de absorver e registrar a informação. É especialmente eficaz em situações que exigem a apresentação de conceitos complexos e estruturados, sendo amplamente empregado em disciplinas que demandam uma base teórica sólida.

As vantagens do método tradicional incluem a facilidade de controle sobre o conteúdo e o ritmo das aulas, o que permite que o professor organize as informações de maneira lógica e sequencial. Contudo, esse método enfrenta críticas devido ao seu caráter passivo, pois a participação ativa dos alunos tende a ser limitada. Alunos que não possuem um perfil de aprendizagem autodirigido podem encontrar dificuldades em manter o engajamento durante a exposição. Apesar dessas limitações, o método tradicional continua relevante, especialmente quando combinado com outros métodos que incentivem a interação e a participação dos alunos.

Métodos Ativos: Aprendizagem Baseada em Problemas e Projetos

Os métodos ativos de ensino colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, incentivando-o a participar ativamente da construção do conhecimento. Entre as abordagens mais comuns estão a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e a Aprendizagem Baseada em Projetos. Na ABP, os alunos são apresentados a um problema real ou simulado, e, em vez de receberem uma solução pronta, devem investigar e propor soluções de forma colaborativa. Esse método estimula a autonomia, o pensamento crítico e a capacidade de análise dos estudantes.

A Aprendizagem Baseada em Projetos, por sua vez, envolve a elaboração de um projeto ao longo de um período, no qual os alunos devem planejar, pesquisar, executar e avaliar um tema específico. Esse tipo de metodologia promove o desenvolvimento de habilidades práticas e teóricas, além de trabalhar competências como trabalho em equipe, gestão de tempo e comunicação. Métodos ativos de ensino são especialmente valiosos para temas que demandam criatividade e resolução de problemas, e tendem a aumentar o engajamento e o interesse dos alunos, pois conectam o aprendizado ao mundo real e aos interesses dos estudantes.

Ensino Colaborativo e Trabalho em Grupo

O ensino colaborativo é uma abordagem que enfatiza a construção do conhecimento em grupo, incentivando os alunos a trabalharem juntos para atingir objetivos comuns. O trabalho em grupo, uma das formas mais comuns de ensino colaborativo, permite que os alunos compartilhem conhecimentos, discutam ideias e aprendam uns com os outros. Além de contribuir para o aprendizado dos conteúdos, essa prática desenvolve habilidades socioemocionais, como empatia, paciência e capacidade de negociação, que são essenciais para a convivência em sociedade.

Esse método é especialmente eficaz em contextos onde a troca de ideias e a reflexão coletiva enriquecem o processo de aprendizagem, como nas ciências humanas e em disciplinas que envolvem interpretação e análise. Contudo, o sucesso do ensino colaborativo depende de uma organização adequada, onde o professor atua como mediador, orientando as discussões e incentivando a participação equitativa de todos os integrantes. Para que o trabalho em grupo seja produtivo, é importante que

as atividades sejam bem estruturadas, com objetivos claros e orientações específicas, de modo a evitar a dispersão e a sobrecarga de alguns alunos.

Métodos Tecnológicos: Ensino Híbrido e Uso de Ferramentas Digitais

Os métodos que utilizam tecnologia, como o ensino híbrido e o uso de ferramentas digitais, têm ganhado destaque no contexto educacional contemporâneo. O ensino híbrido, ou blended learning, combina aulas presenciais e online, oferecendo flexibilidade para que o aluno acesse os conteúdos de forma remota e no seu próprio ritmo. Esse modelo é especialmente útil para reforçar o aprendizado, uma vez que os alunos podem revisar os conteúdos conforme suas necessidades individuais.

O uso de plataformas digitais e aplicativos educativos também contribui para a personalização do ensino. Ferramentas como quizzes online, simuladores e plataformas interativas permitem que os alunos se envolvam com o conteúdo de forma dinâmica e interativa, promovendo um aprendizado mais envolvente. Além disso, o uso da tecnologia possibilita o monitoramento do progresso dos alunos, permitindo que o professor identifique dificuldades específicas e ofereça um suporte mais direcionado. Apesar das inúmeras vantagens, o uso da tecnologia no ensino também apresenta desafios, como a necessidade de infraestrutura adequada e a capacitação dos professores para utilizar as ferramentas digitais de forma eficaz.

Conclusão: A Diversidade de Métodos como Base para uma Educação Inclusiva

A diversidade de métodos de ensino é uma resposta à necessidade de atender a diferentes estilos de aprendizagem e promover uma educação inclusiva, capaz de engajar todos os perfis de alunos. Embora o método tradicional ainda seja amplamente utilizado e tenha suas vantagens, as abordagens ativas, colaborativas e tecnológicas têm se mostrado essenciais para estimular a participação ativa, o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes. A escolha de métodos diversificados e adaptados às necessidades específicas da turma permite que o professor crie um ambiente de aprendizagem dinâmico, onde os alunos se sentem motivados a explorar e a construir seu próprio conhecimento.

No contexto atual, o uso combinado de diferentes métodos de ensino torna-se uma prática fundamental para o sucesso educacional. Ao integrar métodos tradicionais com abordagens ativas e colaborativas, e ao fazer uso da tecnologia de forma estratégica, os educadores conseguem responder aos desafios da educação moderna, proporcionando uma experiência de aprendizado rica e significativa. Dessa forma, investir na formação dos professores e na implementação de práticas pedagógicas variadas contribui para uma educação mais inclusiva, engajadora e eficaz, capaz de preparar os alunos para os desafios do mundo contemporâneo.